

PROGRAMA ALFABETIZAR COM SUCESSO: UM OLHAR SOBRE OS EIXOS ARTICULADORES

Alfabetizar com Sucesso Program: a look at the articulators axis

Claudia Ribeiro¹, Luísa Gomes De Almeida Vilardi
1.claudiaribeiro43@yahoo.com.br

Resumo

Desde 2002 Pernambuco apresenta altas taxas de distorção idade-série para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, além de altas taxas de analfabetismo. Em função disso, criou o Programa Alfabetização de Pernambuco, que foi subdividido em três subprogramas. Um desses programas é o Alfabetizar com Sucesso (PAS), direcionado aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Neste artigo, propomo-nos a apresentar a percepção das professoras da rede municipal de Condado sobre os eixos articuladores do PAS, a saber: eixo Político, eixo Gerenciamento de Dados e eixo Pedagógico. Para essa pesquisa foram utilizados dados obtidos a partir das abordagens qualitativa e quantitativa. Os resultados da pesquisa indicaram que há aprovação em alguns pontos dos eixos e rejeição em outros.

Palavras chave: Política Pública para Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Programa Alfabetizar com Sucesso. Percepção professores.

Abstract

Since 2002 Pernambuco has high rates of age-grade for the first and final years of elementary school, and high illiteracy rates. As a result, created the Literacy Program of Pernambuco, which was divided into three sub-programs. One of them is the Literacy with Success (PAS), designed for first Years of Elementary School. In this article, we propose to present the perception of the teachers of municipal of Condado about the axes articulators PAS, namely: Political axis, Data Management and Educational axis. For this research we used data obtained from the qualitative and quantitative approaches. The survey results indicated that there is approval in some points of the axes and rejection in others.

Keywords: Public Policy for Years Elementary School Initials. Literacy program with success. Perception teachers.

Introdução

Instituído em 2003, o Programa Estadual de Alfabetização é uma política pública educacional do estado de Pernambuco cujo objetivo era resolver a situação de altas taxas de distorção idade-série e de analfabetismo dos alunos do Ensino Fundamental da rede pública do Estado no ano de 2002. Os dados desde ano indicavam altas taxas de distorção idade-série que atingia 49,7% para os anos iniciais e 60,7% para os anos finais do Ensino Fundamental. Além disso, a educação do estado apresentava, ainda, altas taxas de analfabetismo, chegando a 9% para

peessoas com idade entre 10 a 14 anos e 21% para alunos na faixa etária de 15 anos ou mais (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013).

Instituído em 2003, o Programa Estadual de Alfabetização foi dividido em dois outros subprogramas. Um desses subprogramas, o Alfabetizar com Sucesso, posteriormente, passou a ser chamado de Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS), tinha a finalidade de assegurar a melhoria do processo de alfabetização de alunos do 2º e 3º anos do Ensino Fundamental (antigas 1ª e 2ª séries). Organizado em três eixos articuladores, a saber: eixo político, eixo de gerenciamento de dados e eixo pedagógico, o PAS foi implementado em 2003 na rede estadual em 116 municípios e chegou em 2013 com parcerias em 170 municípios dos 185 que compõem o Estado, atendendo à rede pública de ensino.

Apresentaremos, pois, neste artigo, os resultados das entrevistas e do questionário aplicados aos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Condado, localizado na Zona da Mata Norte de Pernambuco, que teve como intuito verificar se os eixos do PAS contribuíram para a educação escolar do município.

Para tanto, iniciaremos apresentando o contexto de criação do PAS, seguido da metodologia de pesquisa utilizada. Por fim, apresentaremos os resultados encontrados tendo em vista o referencial teórico utilizado.

Desafios educacionais em Pernambuco nos anos 2000: trilhando caminhos

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) foi um marco para a transição democrática, pois trouxe avanços no tocante aos direitos individuais e sociais dos cidadãos brasileiros. Instituiu a educação como um direito de todos e dever do Estado e, dessa forma, formalizou-o como aquele que tem a obrigação de oferecer uma educação pública de qualidade para todos. Além disso, redistribuiu as obrigações pelos entes federados: Estados, Municípios e Distrito Federal.

A partir da promulgação da lei máxima do país, tornou-se imprescindível uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para que os direitos enunciados fossem garantidos. Após amplo e longo processo de debate em torno das prioridades educacionais que reafirmassem o direito à educação, é publicada em 1996 a LDB 9394 (BRASIL, 1996). Com essa lei, a educação brasileira é dividida em dois níveis escolares, a Educação Básica e o Ensino Superior.

Nesse ínterim da aprovação da LDB 9394/96, uma das ações de política pública da educação, a partir da universalização da educação nas séries iniciais do nível fundamental, foi a aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE) pela lei nº 10.172 (BRASIL, 2001). Esse Plano estabeleceu metas e diretrizes para a educação nacional, as quais deveriam ser cumpridas em um período de 10 anos por todos os entes da federação.

Inserido nesse contexto histórico de mudanças no país, o estado de Pernambuco elaborou em 2002 o seu Plano Estadual de Educação (PEE) através da Lei Estadual nº 12.252 (PERNAMBUCO, 2002) cuja vigência era de 2000 a 2009. Muitas das ações propostas/definidas no PEE já haviam sido implantadas durante o ano de 2000.

Entre as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação, está a que se refere aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para cumprir as diretrizes que o PEE/PE propôs para esse nível de ensino, o texto oficial dizia que “[...] torna-se fundamental o desenvolvimento de políticas educacionais que impliquem correção de fluxo [...] minimização da repetência e a qualidade do ensino.” (PERNAMBUCO, 2002, p. 14).

Criar políticas públicas educacionais voltadas para resolver a situação em que se encontravam os alunos do Ensino Fundamental era uma urgência em Pernambuco. Os dados em 2002 indicavam que no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco havia altas taxas de distorção idade-série e alarmantes taxas de analfabetismo, conforme dados da Tabela 1.

Tabela 1. Analfabetismo e distorção idade-série no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco no ano de 2002

	ANALFABETISMO		DISTORÇÃO IDADE SÉRIE	
	10 A 14 ANOS	15 ANOS OU MAIS	ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

BRASIL	3,8%	11,8%	36,2%	43,4%
NORDESTE	8,6%	23,4%	54,5%	63,9%
PERNAMBUCO	9,0%	21,5%	49,7%	60,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Todos pela Educação.

Os dados da Tabela 1, referentes ao ano de 2002, mostram que o analfabetismo e a distorção idade-série eram sérios problemas educacionais que Pernambuco, o Nordeste e a nação teriam de enfrentar.

Buscando a melhoria da qualidade do ensino a partir da resolução dos problemas identificados, o estado de Pernambuco, por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC), concebeu um programa específico para tentar reverter esta situação: o Programa Estadual de Alfabetização. Este foi instituído no dia 25 de setembro de 2003, pela Lei nº 12.427 (PERNAMBUCO, 2004) e teve como objetivo “[...] erradicar o analfabetismo no Estado, tendo como meta, para o período de quatro anos, a redução da taxa de analfabetismo de 24% para 15%, na população de 15 anos e mais” (PERNAMBUCO, 2006, p. 5). Esse programa foi dividido em dois outros programas autônomos: o Programa Alfabetização de Pernambuco, subdividido em Alfabetização Cidadã e Alfabetizar com Sucesso; e o Programa de Correção de Fluxo, mais conhecido como “Se Liga Pernambuco”.

O Alfabetizar com Sucesso, projeto piloto posteriormente chamado de Programa Alfabetizar com Sucesso (PAS), tinha a finalidade de assegurar a melhoria do processo de alfabetização de alunos da 1ª e da 2ª série (atual 2º e 3º ano) do Ensino Fundamental, garantindo que todo aluno de 7 e 8 anos estivesse alfabetizado até a segunda série, e combater o fracasso escolar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

O PAS é uma política pública educacional que envolve um programa de gerenciamento de dados da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Teve início em 2003, atendendo aos alunos da rede estadual de ensino e só em 2005 passou a atender alunos da rede municipal do estado a partir de parcerias com os municípios. Durante os anos 2005 a 2013, o Instituto Ayrton Senna (IAS) foi um dos principais parceiros do PAS.

O Programa está organizado em três eixos: Político, Gerenciamento de Dados e Pedagógico. O Eixo Político envolve a decisão política dos gestores municipais em aderir ou não ao PAS como política pública educacional. Uma vez aceito o Programa, faz-se necessário assumir a implementação e acompanhar os resultados. Para viabilizar o compromisso, tanto o ente federado estadual quanto o municipal devem formar equipes para atuar no Programa.

O Eixo Gerenciamento de Dados envolve um sistema eletrônico de informação de dados alimentado por informações advindas do professor e coordenador pedagógico a respeito do processo de ensino e aprendizagem. Os dados quantitativos e qualitativos gerados podem ser analisados e ser fonte de investigação para as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos alunos e de replanejamento pelo professor e pelas equipes.

O Eixo Pedagógico compreende o acompanhamento da prática pedagógica do professor e o aprendizado dos alunos. Está organizado em ações que possibilitam o processo de construção do conhecimento no qual o educando é o protagonista: organização do ensino em Ciclos, formação continuada do professor e da equipe coordenadora, proposta curricular, visita pedagógica e material pedagógico de apoio.

Metodologia

Esse artigo, fruto da pesquisa de dissertação da primeira autora, busca apresentar a percepção das professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental do município de Condado sobre os três eixos articuladores do PAS. Para tanto, a coleta dos dados foi realizada através da aplicação de entrevistas com nove professoras que estiveram presentes no início do PAS nessa cidade, em 2005, e de questionário aplicados a 41 professoras que lecionavam em 2013, ano da

pesquisa. O questionário foi construído com base na Escala de Likert com quatro graus de concordância¹ e constituído de 27 afirmativas sobre o PAS.

Assim, buscando melhor compreender o PAS, traremos as falas das entrevistadas e usaremos o percentual² para os resultados das respondentes ao questionário quando da avaliação dos três eixos do PAS. Adotaremos, para identificar as entrevistadas, a letra E acompanhada de um número (E1, E2, E3 (...) E9) e usaremos a denominação grupo A para indicar a opinião das 19 professoras respondentes ao questionário que tem menos de cinco anos de atuação no PAS e a denominação grupo B para indicar a opinião das 22 professoras respondentes ao questionário que tem mais de cinco anos de atuação no PAS.

Resultados da pesquisa

Os atores educacionais da rede pública municipal de Condado, ao analisarem alguns pontos do PAS, apresentaram suas percepções sobre o contexto da prática de funcionamento do PAS. Segundo Ball (1994 apud MAINARDES, 2006, p.53), o contexto da prática “é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original”.

Esse movimento é importante e essencial quando se avalia uma política pública, pois, como afirma Condé (2012, p.96) “considerando a avaliação uma etapa essencial para o próprio sucesso das políticas, é lá onde os resultados esperados e impactos desejados são verificados”.

A partir desse entendimento, os resultados que ora apresentamos versarão sobre os seguintes pontos atrelados aos eixos do PAS: organização do Ensino em Ciclos, formação continuada, fluxo de aula, visita pedagógica e diário de classe (Eixo Pedagógico); para casa, livros lidos e acompanhamento de Língua Portuguesa (Eixo Gerenciamento de Dados); e material pedagógico, gestão macro e micro, influência e permanência do PAS em Condado (Eixo Político). Os achados da pesquisa serão apresentados a seguir.

Avaliação do Eixo Pedagógico

O primeiro ponto avaliado no Eixo Pedagógico foi a organização do Ensino em Ciclos. O resultado indica que essa forma de organização do ensino não é aceita pelas professoras. O grau de concordância quanto à importância dessa organização para o aprendizado do alunado, foi de 21% do grupo A e 38% do grupo B. No que tange a permanência da organização do Ensino em Ciclos na Rede Municipal de Condado tivemos grau de concordância de 32% para o grupo A e 38% para o B.

Corroborando com a opinião das professoras respondentes do questionário, as nove professoras entrevistadas, que estão no PAS desde a implementação, reforçaram a rejeição aos Ciclos. A entrevistada E8 relata a preocupação com os alunos que não conseguem atender às expectativas de aprendizagem durante o processo por ficarem retidos somente nos 3º e 5º anos, “[...] hoje em dia elas (as crianças) ainda têm uma dificuldade muito grande por conta desta retenção dos 3º e 5º anos e por eles não terem desenvolvidos determinadas habilidades no tempo certo”. Já a fala da entrevistada E4 retrata a preocupação com a atuação e responsabilidade do professor,

¹ Valor correspondente: 1 (discorda fortemente), 2 (mais discorda do que concorda), 3 (mais concorda do que discorda) e 4 (concorda fortemente).

² Para melhor entendimento do percentual obtido, utilizamos um procedimento estatístico para consolidar em um único indicador o grau de concordância. Assim, cada grau de concordância passou a ser descrito em uma escala de 0 a 100%, sendo que o grau 1 (discorda fortemente) passou a ser representado por zero quando fosse a opção de todos os respondentes, e o grau 4 (concorda fortemente) passou a ser representado por 100% quando fosse marcado por todos os respondentes. Para a apuração dos resultados da escala, utilizamos o seguinte cálculo: multiplicação por zero o total de respostas no grau de concordância 1; por 1,0 grau 2; por 2, o grau 3; e por 3, o grau 4. Em seguida, calculamos o máximo de pontos que poderia ser obtido, multiplicando o número de questionários por 3, peso atribuído ao quarto grau. Por fim, utilizamos a regra de três para obter o grau de concordância alcançado comparando a pontuação obtida com o ponto máximo obtido, sendo esse representado por 100%

Quando a gente trabalhava seriação, era o tipo da coisa, reprovou, não reprovou [...] Com esse projeto [...] o 1º ano e 2º ano não reprova, aí no 3º ano é onde está o abacaxi. É a maioria das crianças sem saber ler, sem saber quase nada no 3º ano [...] e a professora tem que reter. [...] Existe professor e professores. Tem uns que tem compromisso, vai lá, faz seu trabalho, quer que o aluno aprenda, em qualquer série. Tem uns que tanto faz. [...] Vai, passa no 1º ano mesmo, no 2º. [...] A professora do 3º ano que se vire. (E4)

Embora a proposta do Ensino em Ciclos esteja condizente com a proposta do PAS (vale lembrar que o PAS foi implementado em 2003 para reverter dados alarmantes de analfabetismo e distorção idade-série em que a organização do Ensino era seriação), é possível perceber semelhanças em problemas encontrados em outros programas que implementaram Ciclos.

Mainardes (2006), ao fazer análise de 147 textos sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil, nos anos 1987 a 2004, extrai conclusões de 27 desses textos que se referem à implementação de programas de escola em ciclos, como é o caso do PAS. Segundo Mainardes (2006), há problemas de viabilização na prática quanto à natureza da política escolar em ciclos (sistema de promoção, avaliação, ensino-aprendizagem e organização da escola); defasagem entre o proposto e o atingido no contexto da prática; formação de professores insuficientes para lidar com o ciclo; implementação de “cima para baixo”, sem a participação dos professores; e, resultados e efeitos divergentes nas taxas de aprovação, reprovação e evasão.

O segundo ponto avaliado, a formação continuada como um indicador de sucesso³ importante para a prática pedagógica, recebeu grau de concordância de 65% do grupo A e 83% na opinião do grupo B. Entretanto, quando indagadas se a quantidade de formação continuada oferecida pela Secretaria de Educação é suficiente para a prática pedagógica, o grau de concordância foi baixo na opinião dos grupos (14% do grupo A e 18%, grupo B).

Ao se lembrarem das primeiras formações continuadas no início do PAS em Condado, duas das nove entrevistadas recordam que se reuniam mais na escola, tinham mais formações com a equipe municipal e participavam de formações na Gerência Regional de Educação, em Nazaré da Mata. Segundo a entrevistada E9 “no início tinha muita reunião entre professoras mesmo [...] se juntava mais do que hoje. [...] Eu lembro que tinha umas oficinas em Nazaré, a gente se juntava e organizava tudo e levava para apresentar”.

A partir de 2005, a formação continuada do PAS teve, predominantemente, o seguinte formato oficial: as equipes regionais realizam anualmente 5 a 6 formações continuadas para os coordenadores municipais e pedagógicos e educadores de apoio (coordenador da rede estadual) referentes aos conteúdos, metodologias e concepções do ensino dos componentes curriculares, além de temas pertinentes à tarefa docente. Com esse material, as equipes estudavam e organizavam formações para os professores, ou seja, passavam a ser os formadores dos professores. Além dessas formações, a Equipe Central fazia duas formações específicas anuais para o coordenador municipal, educador de apoio e equipes regionais, e esses faziam o repasse para os professores.

Além das formações oferecidas pelo PAS, a Rede Municipal de Educação e as escolas organizavam momentos de formação. As formações aconteciam dentro ou fora do espaço escolar e dependiam do que foi planejado no calendário letivo do município, que levava em consideração o cumprimento dos 200 dias letivos, do tempo reservado para as aulas atividades e do tempo disponível do professor, já que há muitos que têm dois vínculos empregatícios.

Mas, conforme respostas das professoras, essas ações não são suficientes para a formação de que necessitam para sua prática pedagógica e para a compreensão do Programa. As dificuldades sentidas pelas professoras e pela Secretaria de Educação em relação à formação continuada não é uma realidade exclusiva de Condado.

Bernardo (2004), ao investigar os processos de formação continuada dentro da escola e fora do contexto escolar de professores que se encontram inseridos numa organização escolar em ciclos, em escolas públicas de ensino fundamental no município de Rio de Janeiro, chega a conclusão, de que: “[...] embora as professoras tivessem consciência da importância da escola enquanto instância coletiva de formação continuada e do envolvimento do professor para que o ciclo seja concretizado, elas ainda se percebiam solitárias na tarefa de ensinar” (p.14).

³ Indicadores de sucesso é o nome dado para os pontos fundamentais do Programa. Para alguns indicadores de sucesso há uma meta a ser alcançada.

Conforme podemos perceber, utilizar os momentos de formação continuada para estudos e buscar envolvimento entre os professores para que deixem de fazer um trabalho solitário é uma tomada de posição importante dos atores educacionais, porém as dificuldades de concretização dessas ações dependem de combater interferências tais como a falta de tempo e a falta de continuidade (BERNADO, 2004).

Na formação continuada dos professores que participam do PAS, é necessário que haja momentos de estudo da proposta curricular (terceira temática do eixo pedagógico) denominada de Fluxo de Aula, que é um documento norteador para o planejamento e que possibilita elaborar situações de ensino em que os alunos tenham o direito de atingir as expectativas de aprendizagem (indicadores para o desenvolvimento do currículo). Ao avaliar a afirmativa “O Fluxo de Aula, proposta de conteúdos do PAS, é um instrumento importante para o planejamento”, obtivemos um grau de concordância de 68% no grupo A e 82% no grupo B.

Ao falar dos primeiros momentos de contato com a proposta curricular do PAS, que é baseada em Ciclos, a entrevistada E6 relata o quanto foi difícil e diferente, mas também prazeroso usar a metodologia do Programa. Lembra momentos de atividades realizadas a partir de livros paradidáticos infantis “assim, como eu disse [...] a gente não era habituada [...] muitos não gostavam do jeito de trabalhar, mas eu adorava, fazia cada peça linda. Eu não tive dificuldade. [...] para trabalhar em um projeto desse tem que ter criatividade” e destaca a alegria dos pais ao verem seus filhos atuando “os pais gostaram porque era um desafio para os filhos deles também. É muito bom e gratificante ter um filho fazendo uma peça, fazendo um trabalho”.

Já a entrevistada E3 destaca as dificuldades de lidar com a proposta do Programa “no início o pessoal falava que não era para expor o padrão silábico, que era para deixar os alunos bem a vontade com a questão da leitura, oferecer bastante diversidade de leitura”. Também, ressalta que, mesmo após nove anos lecionando no Programa, ainda é difícil trabalhar com a proposta do PAS,

Ainda é dificuldade, este ano estou com 5º ano e ainda estou com 12 alunos que ainda não leem como é para ler. Tem aluno que ainda não produz. No meu ponto de vista eu acho que tem que a gente tem que ir um pouco para o tradicional, porque senão a coisa não anda não. Trabalhar contextualizado também, mas ter um momento de parar e ensinar o tradicional também, ensinar mesmo o padrão silábico, porque só com a maneira que o projeto que trabalhe, os alunos não avançam não. (E3).

Ao avaliar se a visita do supervisor (também chamado de coordenador pedagógico) é importante para a prática pedagógica, 60% do grupo A e 61% do grupo B concordaram. Esse resultado indica que há uma relação positiva se compararmos com os primeiros anos do PAS.

No início do PAS, os professores não aceitavam a presença, muito menos a intervenção em sala de aula por parte do supervisor. Antes do Programa, os supervisores do município eram lotados na Secretaria de Educação e faziam visitas periódicas às escolas. Com o passar do tempo, esse profissional se tornou presente e, nos dias atuais, é considerado importante. De acordo com a entrevistada E7,

Os professores reclamavam da cobrança, da questão da supervisão na escola, que antes não tinha supervisor na escola, tinha um da secretaria que visitava a escola. Hoje é diferente. Os professores cobram a atuação da supervisão. Hoje ver o supervisor como suporte, antes viam como o supervisor mesmo, aquele que vigiava. Hoje os professores compreenderam que o supervisor está para dar suporte, para ajudar (E7).

A presença desse profissional na escola faz parte da proposta do Programa como diz a E7: “o alfabetizar exigiu o número de supervisores por escola para fazer o acompanhamento”. De acordo com o Termo de Compromisso para adesão ao PAS, é compromisso da prefeitura garantir um Supervisor ou Educador de Apoio para cada Escola ou até 08 turmas.

Chegamos à última questão a ser tratada neste eixo. Diz respeito ao Diário de Classe. Todas as respostas das 41 professoras respondentes do questionário e das nove entrevistadas indicaram que o Diário de Classe requer muito tempo para preenchimento e que deveria ser modificado para que o trabalho de preenchimento fosse menor.

Essa desaprovação se deve ao fato de ser o Diário de Classe um instrumento minucioso que, apesar de documentar a verificação da frequência e da avaliação e os avanços e dificuldades apresentadas pelos estudantes no processo de aprendizagem, portanto, condizente com a

proposta de Ciclos do PAS, requer muito tempo para ser preenchido. A fala da entrevistada E8 confirma: “[...] eu sempre escutei [...] nas primeiras reuniões de início de ano é essa questão da caderneta, ser muito extensa, de responder muitas coisas. Mas é esse material é que vai dar subsídio [...] pra que a gente ver como é que o programa está se dando”.

Além de preencher aspectos comuns a outras cadernetas, tais como frequência e conteúdo trabalhado, no Diário de Classe do PAS, o espaço reservado à avaliação da aprendizagem ocupa lugar especial e requer muito tempo para o preenchimento. Como a avaliação da proposta do Ciclo, organização curricular adotado pelo PAS, se dá através de pareceres descritivos e não notas, o professor registra a avaliação do aluno em três momentos: preenche uma ficha informando bimestralmente, com uso de legenda, a avaliação do processo de aprendizagem de cada aluno em cada habilidade trabalhada em cada componente curricular; registra breves pareceres sobre o desenvolvimento das aprendizagens do aluno a cada bimestre; e faz uma avaliação final, em que marca em uma tabela o desempenho do aluno nas diferentes áreas do conhecimento e redige um parecer final descritivo, que pode ser parcial (1º, 2º e 4º anos) ou final (3º e 5º anos).

Avaliação do Eixo Gerenciamento de Dados

O Eixo Gerenciamento de Dados possibilita refletir sobre os dados coletados e, assim, buscar soluções para os desafios. Nessa perspectiva, a primeira afirmativa avaliada pelas respondentes do questionário e da entrevista teve como objetivo saber se o monitoramento é importante. As respostas a afirmativa ‘o monitoramento do Programa Alfabetizar com Sucesso contribui para a prática pedagógica do professor’ recebeu o seguinte grau de concordância: 42% no grupo A e 59% no grupo B. Essa baixa aprovação respalda-se com o que diz a entrevistada E8, que ao explicar sobre as dificuldades do PAS, enfatizou o excesso de documentação “[...] a questão da documentação. [...] Até hoje é taxada como empecilho para os professores, eles acham que é muito papel [...] acompanhamento mensal, da caderneta (E8)”.

Em relação à afirmativa referente ao monitoramento do indicador de sucesso ‘Para Casa’ (dever de casa), 51% do grupo A e 65% do grupo B concordaram que é um importante instrumento para a prática pedagógica. Ainda sobre esse indicador, só 5% do grupo A e 15% do grupo B concordam que o cumprimento da meta do Para Casa (meta de 98% de atividades da tarefa de casa realizada) depende do acompanhamento do professor; só 10% do grupo A e 17% do grupo B acreditam que depende só do aluno; e, 32% do grupo A e 41% do grupo B acreditam que depende só do acompanhamento da família. Essa última avaliação indica o quanto o acompanhamento da família influencia a aprendizagem do aluno.

Quanto ao indicador de sucesso Livros Lidos, o resultado apresenta uma reflexão muito importante: a leitura de paradidáticos parece não ser de extrema importância ou não é bem compreendido. Apesar 70% do grupo A e 74% do grupo B concordarem que o monitoramento de livros lidos é um Indicador de Sucesso importante para a prática pedagógica, esse percentual ainda é baixo se considerar que a leitura de paradidáticos é uma ação importante na proposta do PAS. A entrevistada E7, ao falar sobre as mudanças que o PAS tinha proporcionado à educação de Condado, referiu-se à importância do Indicador Livros Lidos. Segundo a E7,

Com o PAS os alunos passaram a ler mais. Com a roda de leitura, hora do leitor, os alunos criaram o hábito de levar livros para casa e passaram a ler mais. Mudou o perfil do aluno e do professor. O aluno passou a participar mais na oralidade, argumentar, falar. O professor passou a trabalhar com projetos. (E7).

A ficha de leitura, escrita e produção foi a última afirmativa avaliada no Eixo Gerenciamento de Dados. Para 61% do grupo A e 68% do grupo B há concordância de que é um Indicador de Sucesso importante para a prática pedagógica. Nessa ficha, o professor preenche mensalmente a avaliação que faz do aluno quanto à oralidade, a escrita e a produção de texto, consolidando, assim, o acompanhamento do componente curricular Língua Portuguesa. A realidade apresentada com esse monitoramento serve para o professor planejar as aulas de Língua Portuguesa e dos demais componentes. Ao lembrar-se do momento em que entrou em contato com a metodologia do Programa, a entrevistada E1 disse que:

A metodologia eu gostei, minhas colegas reclamavam muito, mas eu gostei. A gente tem em mãos a vida do aluno. Você sabe quem lê, quem não lê, quem está silabando, quem está lendo com fluência. Os alunos melhoraram muito nas produções de texto. Podia trabalhar individual, trabalhar quem não lia, aquele que estava silabando e aquele que estava lendo com fluência. (E1)

A metodologia a que se refere à entrevistada E1 diz respeito à concepção de ensino que o PAS defende: alfabetização em contexto de letramento e trabalho com gêneros discursivos. Baseado nos estudos de Emília Ferreiro e seus seguidores que, no final da década de 1970, passaram a ser um grande marco na história da alfabetização no Brasil, o PAS concebe que o ensino dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental esteja pautado para a formação do aluno leitor e produtor de texto com função social determinada. Para muitos professores, a mudança de concepção tradicional do ensino de alfabetização que trata a escrita alfabética como um código, para o ensino pautado na proposta do PAS, ou seja, “[...] na inserção no mundo da escrita através de atividades diárias de leitura e escrita de textos que motivem o aluno ingressar no mundo letrado, explorando a linguagem dos livros” (MORAES, 2006, p. 81) é uma mudança que inquieta os professores.

Avaliação do Eixo Político

Nesse eixo buscou-se verificar se as ações e decisões políticas dos parceiros do PAS, ou seja, o governo estadual e os governos municipais interfeririam na atuação do processo ensino-aprendizagem. O primeiro ponto que foi avaliado diz respeito ao material pedagógico. Assim como o Diário de Classe, que tratamos no Eixo Pedagógico, o material pedagógico⁴ pode parecer não ter muita importância na avaliação de um programa. Mas o percentual referente à afirmativa “o material pedagógico que chega para você utilizar no trabalho pedagógico em sua sala de aula é suficiente”, mostra que há, sim, relevância dos recursos materiais no fazer pedagógico. Só 26% do grupo A e 14% do grupo B concordam que o material é suficiente. Considerando-se o resultado, as professoras informam que precisam de mais materiais pedagógicos para auxiliar nas situações didáticas que planejam para desenvolver o trabalho pedagógico.

Essa necessidade de material pedagógico é sentida muito mais nos últimos anos que nos primeiros anos do PAS, é o que diz a entrevistada E1 quando fala a respeito de dificuldades do PAS nos dias atuais “No início tinha muito material para trabalhar, muito livro, jogos, material didáticos, depois foi diminuindo, acho que foi às turmas que foram aumentando. Com o passar dos anos o material que vinha não dava para todas as turmas”. (E1).

Os materiais pedagógicos a que a entrevistada se refere, diz respeito ao fornecimento que o PAS repassa para as redes estaduais e municipais parceiras. Para melhor entender o quanto foi gasto anualmente por aluno durante cada ano de atuação do PAS, utilizamos dois dados: o primeiro, os valores estimados e que foram liquidados (em milhões de reais) para a despesa com materiais didáticos do Programa durante os anos 2004 a 2013. Conforme informado pela fonte cedente⁵, em alguns casos a compra de material didático foi realizada em conjunto para mais de um programa de Correção de Fluxo, não sendo possível a distinção a partir do valor liquidado; o segundo, a quantidade de alunos participantes do PAS nos anos 2003 a 2013.

Tabela 2. Recurso financeiro gasto com aluno pelo PAS

ANO	Valor liquidado (em milhões de reais)	Quantidade de alunos (rede municipal e estadual)	Valor R\$ por aluno (valor aproximado)
2003	Sem informações	17.939	-
2004	R\$ 3.669.915	44.763	R\$ 81,98
2005	R\$ 5.074.327	86.194	R\$ 58,87

⁴ Tratamos do material pedagógico no Eixo Político e não no Eixo Pedagógico por que consideramos que o a decisão política financeira influencia o recurso pedagógico.

⁵ Os dados foram cedidos pelo Portal da Transparência de Pernambuco/Ouvidoria da Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco em resposta ao pedido de acesso à informação protocolado sob o nº 17.061/2014.

Não foi possível localizar informações sobre o pagamento que o Estado de Pernambuco faz ao SIASI, que é o sistema que gerencia todas as turmas estaduais e municipais.

2006	R\$ 4.824.050	81.659	R\$ 59,07
2007	R\$ 1.472.013	107.943	R\$ 13,64
2008	R\$ 3.651.597	126.535	R\$ 28,86
2009	R\$ 7.120.815	149.155	R\$ 47,74
2010	R\$ 4.032.585	168.723	R\$ 23,90
2011	R\$ 5.267.993	189.781	R\$ 27,75
2012	R\$ 4.890.934	206.971	R\$ 23,63
2013	R\$ 3.156.680	234.319	R\$ 13,47

Fonte: Elaboração própria tendo como base os dados fornecidos pela Controladoria (valor financeiro) e SIASI e SEE (dados referentes à quantidade de turma)

Os dados da Tabela 2 evidenciam que o investimento realizado pelo PAS foi decrescendo à medida que a quantidade de aluno aumentava, com exceção do ano 2009, que teve valor custo-aluno maior que o ano 2008. Vale lembrar que no período de 2003 e 2004, só estavam no Programa os alunos da rede estadual e que, somente a partir de 2005, o Programa começou a ser estendido aos municípios. No ano 2007, os recursos disponibilizados para o Programa foram proporcionalmente menor que todos os anos. Em 2013, temos o menor investimento já realizado pelo Programa.

Ao longo dos anos, o PAS distribuiu Kits de Material Didático Pedagógico, contendo, entre outros itens, alfanumérico, abecedário, material dourado, lápis, caneta, caderno, lapiseira, cola, borracha, cartolina, fita adesiva, pincel, piloto, régua, lápis de cor, pincel, papel madeira, papel 40k, mapas, dicionários, jogos de alfabetização elaborados pelo CEEL, livros de apoio pedagógico e papel ofício. As redes estaduais e municipais receberam também Kits de Literatura Infante-Juvenil do Instituto Ayrton Senna de 2005 a 2009. De 2010 aos dias atuais, essa tarefa foi atribuição do governo de Pernambuco e aos municípios parceiros.

Porém, à medida que foi havendo a municipalização, o estado de Pernambuco foi deixando, aos poucos, por conta do município a incumbência dos recursos didáticos e passou a fornecer de forma complementar o acervo que a prefeitura deve fornecer às escolas, já que os recursos financeiros são destinados a esse ente federado, que deve atender prioritariamente o Ensino Fundamental (BRASIL, 1996). Entretanto, continuou assumindo, sem restrições, o kit literário, as formações e o gerenciamento.

Após essa análise sobre a trajetória do material pedagógico que tanto faz falta ao trabalho do professor e que foi colocado pelas respondentes como insuficientes, leva-nos a destacar, nos próximos parágrafos, o que pensam as professoras e entrevistadas sobre a gestão micro e macro do PAS.

Quando indagadas se o gestor escolar compreende o funcionamento do PAS, o grau de concordância foi de 77% do grupo A e de 79% do grupo B. Do mesmo modo, quando indagadas se o gestor escolar acompanha o desenvolvimento do PAS, o grau de concordância foi de 68% do grupo A e de 76% do grupo B.

A atuação do Coordenador Municipal também foi avaliada. O resultado indica que é muito importante para a organização do PAS o papel da coordenação. Concordaram 75% do grupo A e 77% do grupo B.

O acompanhamento da Gerência Regional de Ensino (GRE) não tem tanta importância para o andamento do PAS para as respondentes do questionário, já que o contato direto da equipe do Alfabetizar da Regional é com a Coordenação Municipal. Há concordância na opinião de 39% do grupo A e 44% do grupo B que o acompanhamento da Gerência Regional de Ensino (GRE) é importante para o andamento do Programa Alfabetizar com Sucesso no município. Já nas falas das entrevistadas, a GRE é citada como parceira, “a atuação da GRE é muito boa também (E2). A GRE também é lembrada pelas dificuldades de ação devido à falta de recursos. De acordo com a entrevistada E5, “a GRE não deixa muito a desejar. O problema da GRE é a mesma dificuldade que a gente encontra [...] Às vezes o Programa lança alguma coisa, mas não oferece os recursos”.

O Instituto Ayrton Senna também foi avaliado. Ao opinar sobre a atuação do IAS como parceiro, algumas entrevistadas lembraram dos primeiros anos da parceria. Na opinião da E5 “Antes o IAS chegava mais perto. Disponibilizava mais, fazia mais formações, vinha com mais frequência, procurava saber as dificuldades, aplicava teste, era mais presente, se preocupava mais com a realidade do aluno. A entrevistada E8 preferiu não falar sobre o IAS por não saber o que dizer. Segundo ela “[...] se fosse falar poderia ser que fosse injusta em dizer coisas que me fogem do meu conhecimento. Pra gente não é muito falado a respeito do Instituto, a gente se apropria mais do Programa”. O fato de poucas entrevistadas opinarem sobre a atuação do IAS

se deve à parceria do PAS com o IAS, ter sido pautada no gerenciamento do SIASI e no contato direto com a Equipe Central nos últimos anos de parceria.

Chegamos às duas últimas questões da análise desse eixo. A afirmativa “O PAS influenciou positivamente a educação municipal de Condado” recebeu 40% de concordâncias do grupo A e 53% do grupo B. Da mesma forma, ao avaliar se “A Rede Municipal de Educação do município de Condado deve continuar participando do Programa Alfabetizar com Sucesso”, o grau de concordância foi de 35% do grupo A e 61% do grupo B.

Nas falas das entrevistadas há mais concordância que discordância quanto à importância do PAS para Condado. Ao discorrerem sobre mudança ou não no desenvolvimento, desempenho e participação do aluno a partir do PAS, a entrevistada E2 assim se posicionou,

Com o passar do tempo às escolas foram tendo Alfabetizar com Sucesso. Hoje os professores do alfabetizar com sucesso são muito elogiados. Os melhores alunos do alfabetizar já conseguem ir para a Escola Técnica e de Escola de Referência. Hoje estamos vendo o sucesso do Alfabetizar com Sucesso e tiro o chapéu. Eu recebo na escola o 6º ano e eu vou falar [...] são alunos letrados que não deixam a desejar na sua escrita e na sua leitura. Compreende tudo, sabe de tudo, escreve tudo, ler tudo [...] ele vem sabendo o que está lendo e o que está escrevendo. [...] Com a insistência do alfabetizar, que eu não acreditava, e hoje acredito plenamente. A aprendizagem é maravilhosa. (E2).

Quando perguntado às entrevistadas “quais fatores levam o município de Condado a permanecer no PAS desde 2005”, as respostas foram as mais diversas possíveis. Algumas tiveram como fundamento a aprendizagem dos alunos: “o aumento do aluno lendo e escrevendo, lendo com fluência, sabendo o que está fazendo, o que está escrevendo (E1). Já a entrevistada E5 destacou a influência da mudança de concepção de ensino: “o programa influenciou positivamente”. Nós professores temos hoje outra metodologia, antes víamos muito a parte tradicional. “Não íamos buscar o que era novo para que o aluno interagisse com a gente”. A entrevistada E6 evidenciou a organização do município e a interação entre os atores envolvidos com o Programa: “acredito que Condado faz um bom trabalho com o Alfabetizar [...] ele ajudou muito na educação [...] Condado tem muito projeto e [...] não tem problema com ele”. Por fim, o resultado e a organização do município foram os aspectos ressaltados pela entrevistada E7,

O monitoramento, as questões das avaliações externas, principalmente, o monitoramento. Hoje, se chegar à secretaria de educação e perguntar como está a escola tal, tem toda uma documentação que vai dizer a cara de cada escola. A própria secretaria se preocupa em fazer bimestralmente uma devolutiva de como começou no início do ano a escola e como ela está agora (E7).

A opinião da entrevistada E7 sobre a importância do monitoramento para a organização do município é discutida por Comerlato (2011 apud ADRIÃO; PERONI, 2011). Ao investigar a atuação do IAS em Joinville/SC, no período de 2005 a 2008, a pesquisadora verificou que, após a experiência com o gerenciamento, o município consegue ter o registro, o acompanhamento e o controle dos resultados da escola, do professor e da gestão.

Considerações Finais

Ao investigar a atuação da política pública educacional, Programa Alfabetizar com Sucesso, com base em dados qualitativos e quantitativos advindos da pesquisa realizada no município de Condado da região Mata Norte de Pernambuco, tivemos a intenção de buscar respostas aos seguintes questionamentos: Há contribuições da organização pedagógica adotada pelo PAS no processo ensino-aprendizagem do município? Em que medida o gerenciamento, através dos indicadores de sucesso, contribuiu para a organização administrativa escolar municipal? Quais as consequências políticas educacionais no município ao fazer adesão ao PAS?

Os resultados da pesquisa indicaram que a decisão política de adesão ao PAS foi importante para a rede municipal de educação de Condado tanto na opinião das professoras entrevistadas que estiveram presentes na implementação do PAS em Condado, e que ainda exercem funções pedagógicas, quanto no resultado do questionário aplicado às professoras que atuam no PAS há mais de cinco anos. Segundo essas docentes, com o PAS, a Secretaria de Educação passou

a ter uma visão geral de como está a educação nas escolas a partir do gerenciamento de dados dos indicadores de sucesso e, assim, proporcionar momentos de reflexão dos dados e mediar a busca de soluções para os problemas apresentados. As docentes também concordaram que a organização pedagógica adotada pelo PAS é importante para o desenvolvimento das expectativas de aprendizagem dos alunos por proporcionar, na metodologia utilizada, momentos de interação do aluno com o saber. Entretanto visão diferente desse grupo de professoras foi apresentada pelas professoras, com menos de cinco anos de atuação no PAS, respondentes ao questionário. Essas docentes não reconhecem a influência do PAS nem aprovam a permanência desse Programa na rede municipal de Condado. Também, avaliam que as formações continuadas são insuficientes; não concordam com o Ciclo como forma de organização do ensino e concordam que o Ciclo não deve permanecer em Condado; concordam que o Diário de Classe deve ser modificado para que o tempo que gastam no preenchimento dos dados seja menor; concordam que o material pedagógico, que auxilia na construção da tarefa do professor, é insuficiente para o trabalho educativo escolar.

Referências

- BERNADO, Elisangela da Silva. Um olhar sobre a formação continuada de professores em escolas organizadas no regime de ensino em Ciclo(s). PUC-Rio. GT: Formação de Professores/ n. 08, 2004. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt08/t083.pdf>. Acesso em 20 ago. 2014.
- BRASIL. Constituição da República do Brasil. Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: ago. 2013.
- _____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1, p.01. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 23 ago. 2013.
- COMERLATTO, Luciani Paz. Joinville/SC. In: ADRIÃO, T. PERONI, Vera. Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional. Relatório de pesquisa, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNA%20RELATORIO.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.
- CONDE, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas. Responsabilização na Educação: Revista Pesquisa e Debate em Educação PPGP, Caed, Juiz de Fora, MG, v. 2, n. 2 (2012).
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0ByAesmBvJdoNY3R1WmhjdWpyWVvK/Edit>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0ByAesmBvJdoNREIUZUphdnFCR2c/edit>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- GÜNTHER. Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: está é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-ago 2006, Vol. 22, n.2, pp. 201-210. Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2>>. Acesso em: jan. 2013.
- MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Revista Educação e Sociedade, Campinas, vol.27, n. 94, p.47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. Organização da escolaridade em ciclos no Brasil: revisão da literatura e perspectivas para a pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2006.

MORAES, Daisinalva Amorim de. As práticas de Alfabetização de Professoras da Rede Estadual de Pernambuco e a Formação de Crianças Alfabetizadas e Letradas. Dissertação (Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco). Recife, 2006.

PERNAMBUCO. Plano Estadual de Educação. Lei nº 12.252, 08 jul. 2002. Disponível em: <www.mp.pe.gov.br/uploads/.../LEI_N_12.252.doc>. Acesso em 23 set. 2013.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Relatório Preliminar Consolidado de Auditoria de Natureza Operacional. Programa Estadual de Alfabetização, dez. 2004. Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/component/jdownloads/finish/35/245?Itemid=0>. Acesso em 15 jan. 2013.

_____. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Relatório Consolidado de ANOP – Primeiro Monitoramento. Processo TC Nº 0600856-2. Programa Estadual de Alfabetização, out. 2006. Disponível em: <http://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/component/jdownloads/finish/35/245?Itemid=0>. Acesso em 15 jan. 2013.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Dados sobre o Estado de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/pernambuco/?ano=2002>>. Acesso em: 24 set. 2013.